

Danielle Carvalho Cruz Dutra de Almeida

SEXUALIDADE NA ESCOLA:
ABORDAGENS, O FAZER DOCENTE, A CORPOREIDADE
E A EDUCAÇÃO FÍSICA

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2011

Danielle Carvalho Cruz Dutra de Almeida

SEXUALIDADE NA ESCOLA:
ABORDAGENS, O FAZER DOCENTE, A CORPOREIDADE
E A EDUCAÇÃO FÍSICA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Ms. Wemerson de Amorim

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2011

DEDICATÓRIA

Ao meu pequeno príncipe **BERNARDO** que encheu minha vida de alegrias e que a cada dia me faz uma pessoa melhor, que me despertou potenciais e perspectivas antes ausentes, capacitando-me com maior propriedade para o exercício de viver.

A minha mãe **ELIZABETH** por seu exemplo de mulher que de sua maneira me ensinou o gosto pelo estudo, pelo exercício acadêmico.

Ao meu avô **EXPEDITO** (*in memoriam*) que onde estiver sei que está radiante por está conquista, tão morosa, mas enfim conquistada.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a instituição UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS e a toda a população brasileira que me concedeu plenas oportunidades para obter o título de Graduado em Educação Física.

Agradeço ao meu Professor Orientador Wemerson de Amorim que realizou esse papel com maestria auxiliando-me sempre que necessário, tendo sido capaz de despertar em mim potenciais inimagináveis, me fazendo entender o real sentido do “ser docente”.

Agradeço a Profa. Ivana Montandon por toda atenção e entendimento diante de minhas dificuldades.

Agradeço ao meu filho Bernardo e ao meu marido Rodrigo pela paciência e entendimento nos momentos difíceis.

Agradeço aos meus pais, em especial a minha mãe por cuidar de meu filho para que meus projetos se concretizassem.

Agradeço aos Bioquímicos Antônio Márcio Lopes e Gilberto José Martins pela paciência e entendimento durante minha trajetória acadêmica e profissional no HOB.

Agradeço a todos os que contribuíram de alguma maneira para a construção deste projeto, disponibilizando opiniões, visões e experiências que tornaram minha pesquisa mais rica.

Agradeço finalmente e imensamente a Deus que é o maior responsável por todas as minhas realizações e conquistas.

“A sexualidade, enquanto possibilidade e alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós essa volta crítico- amorosa, essa busca de saber do nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e como mundo se nos fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente”.

Paulo Freire

RESUMO

A sexualidade na escola é um assunto bastante polêmico e arraigado de muitos tabus, mesmo sendo discutida no Brasil, no sentido da Orientação Sexual desde 1920. A sexualidade é o que há de mais íntimo nos indivíduos, é aquilo que os reúne globalmente como espécie humana. Está inserida entre as “disciplinas do corpo” e participa da “regulação das populações”. É, portanto um “negócio de Estado”, explicação esta que podemos utilizar para compreender o porquê da inclusão da Sexualidade como tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN’s. A sexualidade abrange as ocorrências dos seres humanos em um locus determinado, seu corpo. Quando tratamos corpos, consideramos a corporeidade, ou seja, como estes corpos se expressam em dado contexto. A interpretação, as necessidades e desejos não só dos corpos, mas dos indivíduos que nele se abrigam. Considerando a sexualidade e abordando-a num contexto educacional, nos deparamos com o docente que trata as questões da corporeidade com maior comprometimento: o profissional de Educação Física. No entanto, apesar de estar também pensada dentro no universo da Educação, a abordagem da Sexualidade ou da Orientação Sexual não é bem definida no âmbito escolar necessitando investigações para um melhor conhecimento sobre o assunto. O presente estudo buscou estabelecer as primeiras aproximações com a temática, a visão dos docentes a cerca do tema sexualidade na escola, bem como a interação destes profissionais, seu fazer docente e suas percepções sobre a sexualidade. Trata-se de um estudo bibliográfico descritivo, onde a revisão de literatura foi feita de forma analítica e a fase descritiva através método quantitativo, em que foram utilizados questionários pré-elaborados direcionado aos profissionais de Educação Física em exercício no âmbito escolar. O questionário composto por oito questões a cerca do tema foi uma ferramenta pensada para avaliar qual a interação dos docentes com o tema sexualidade, se percebem a importância de se trabalhar o tema em suas aulas, qual a demanda sobre o tema com os alunos, envolvimento do corpo docente, supervisão e orientação da escola na abordagem do assunto, desenvolvimento de políticas e trabalhos abordando o tema na escola e se conhecem o tratamento dado a Sexualidade nos PCN’s. Os resultados são apresentados de modo numérico, permitindo uma avaliação quantitativa dos dados. A partir dos dados obtidos pela pesquisa desenvolvida pode-se perceber que existe uma profunda diferença entre a intencionalidade dos docentes no tratamento do tema e da efetiva ação, do fazer docente destes para abordagem da sexualidade. O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre a sexualidade possa ser demonstrada. A formação dos profissionais da educação a cerca do tema também deve ser priorizada, o primeiro passo é informar para formar e esta capacitação deve ser isenta, não tendenciosa, para que sua função no processo da educação sexual seja eficiente. A escola como espaço cultural diferenciado, com suas peculiaridades e especificidades não deve apenas informar sobre a sexualidade, mas deve subsidiar discussões, promover a reflexão e atuar na construção de um ser humano crítico sobre estas questões.

Palavras- chave: Sexualidade. Escola. Educação Física. Docência. Corporeidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Sexo dos entrevistados.....	30
Gráfico 2 - Atuação dos profissionais segundo a rede de ensino.....	30
Gráfico 3 - Atuação profissionais segundo nível ensino.....	30
Gráfico 4 - Perfil segundo tempo de docência.....	31
Gráfico 5 - Prática pedagógica x sexualidade.....	31
Gráfico 6 - Demanda para abordagem da sexualidade.....	31
Gráfico 7 - Sexualidade na escola.....	32
Gráfico 8 - Abordagem da sexualidade aulas de ed. física.....	32
Gráfico 9 - Nível de capacitação.....	32
Gráfico 10 - Envolvimento da supervisão/orientação.....	33
Gráfico 11 - Conhecimento de políticas de educação.....	33
Gráfico 12 - Conhecimento dos PCN's.....	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	Objetivos.....	9
1.2	Justificativa.....	9
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1	Sexualidade.....	10
2.1.1	Sexualidade na escola.....	11
2.1.2	Sexualidade e a LDB/PCN's.....	19
2.2.1	O fazer docente.....	20
2.2.2	O professor de educação física e a abordagem da sexualidade.....	22
2.3	Corporeidade.....	25
2.3.1	Corporeidade x sexualidade.....	26
3	METODOLOGIA.....	28
3.1	Caracterização do estudo.....	28
3.2	Amostra.....	28
3.3	Instrumentos.....	28
3.4	Procedimentos.....	29
3.5	Análise dos dados.....	29
4	RESULTADOS.....	30
4.1	Perfil dos profissionais analisados	30
4.2	Nível de relação da prática pedagógica e a demanda para abordagem do tema sexualidade	31
4.3	Nível de relevância do trabalho com a sexualidade na escola e nas aulas de Educação Física	32
4.4	Nível de capacitação e de envolvimento do corpo docente, orientação, supervisão para a abordagem da sexualidade na escola	32
4.5	Nível de conhecimento dos profissionais sobre políticas de educação sobre a sexualidade e tratamento dado a mesma nos PCN's	33
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	34
6	CONCLUSÃO.....	36
	REFERÊNCIAS.....	40
	APÊNDICES.....	44

1 INTRODUÇÃO

Tratar sobre o tema sexualidade é bastante complicado, se situarmos a abordagem no âmbito escolar, esbarraremos em uma maior dificuldade, por ser um campo impregnado de tabus, muitas vezes omitido pelos docentes, mesmo fazendo parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) como tema transversal.

A sexualidade abrange as ocorrências dos seres humanos em um lócus determinado, seu corpo. Quando tratamos corpos, consideramos a corporeidade, ou seja, como estes corpos se expressam em dado contexto. A interpretação, as necessidades e desejos não só dos corpos, mas dos indivíduos que nele se abrigam.

Considerando a sexualidade e abordando-a num contexto educacional, nos deparamos com o docente que trata as questões da corporeidade com maior comprometimento: o profissional de Educação Física.

A atuação deste profissional nas questões inerentes a sexualidade pode ser intrínseca a sua lida com o corpo, mas pode também ser mais explícita e melhor conduzida favorecendo assim a qualidade da educação sexual na escola, o que tornaria os propósitos dos PCN's, mais reais. Além disso, as considerações pedagógicas do campo da Educação Física aliadas ao trabalho dirigido à promoção da saúde, não apenas sob uma óptica médica, mas numa visão mais global do indivíduo, poderá interferir positivamente na melhora da qualidade de vida de nossos alunos.

Portanto, conciliando o caráter pedagógico e de promoção da saúde da Educação Física, poderemos obter uma maior satisfação no trabalho com a Sexualidade/Orientação Sexual no âmbito escolar, sendo que tal ação poderá conduzir os discentes para uma construção pessoal mais saudável, mais crítica e bem resolvida.

A abordagem da sexualidade na escola deve proporcionar alterações tanto na construção do saber discente, mas também no fazer do docente, o que implica numa mobilização diferenciada de seu saber em prol do processo educacional e formativo.

1.1 Objetivos

Avaliar como o tema sexualidade vem sendo tratado dentro das escolas, qual a implicação do profissional de Educação Física no tratamento deste tema, como ocorre o fazer docente destes profissionais, a interação entre a corporeidade e a sexualidade e as possibilidades de abordagem no âmbito escolar.

1.2 Justificativa

A relevância de se avaliar qual a implicação do profissional de Educação Física na abordagem do tema sexualidade no âmbito escolar perpassa pela imensa necessidade da reavaliação do tratamento hoje dado ao tema na escola, em sua vivência prática, não apenas teórica como parâmetro transversal dos PCN's.

A intenção do projeto visa analisar como os docentes da Educação Física lidam com a sexualidade na escola e se percebem a necessidade da exploração mais acurada deste tema, não limitando sua abordagem, mais trabalhando-a de forma multidisciplinar.

Talvez o profissional de Educação Física, por estar diretamente voltado para as questões de envolvimento com o corpo, com a corporeidade possa ser capaz de lidar com maior facilidade com tal tema tão arraigado de tabus, sendo muitas vezes omitido no âmbito escolar, ou apenas tratado isoladamente em aulas de ciências sobre reprodução.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Sexualidade

A sexualidade, como um todo, é a forma pela qual realizamos a existência do nosso corpo, sendo este o modo pelo qual entramos em contato com o mundo e que nos percebemos como sendo. Não temos outro meio de conhecer o corpo humano senão vivendo-o. Nosso corpo simboliza a nossa existência porque a realiza e é sua atualidade. É por isto que quando falamos de sexualidade, remetemo-nos ao corpo a mesmo que se refira às descrições enfadonhas de órgãos e seu funcionamento, não podemos subtrair ao corpo a atividade que manifesta a sua dinâmica, portanto, o que sente, deseja e busca satisfazer.

A sexualidade é parte integrante do nosso self total. Ela não é apenas expressão do corpo biológico, não é apenas resultado do funcionamento glandular. Ela é a expressão do ser que deseja que acolhe, que ama, que se comunica com o mundo e com o outro. Ela é uma “linguagem” que será tanto mais humana quanto mais pessoal for (ARANHA; MARTINS, 1987, p. 348).

A sexualidade, entendida com o transcendente ao ato sexual, enquanto fonte de prazer ou desprazer e que se relaciona e se confunde com a história pessoal de cada ser humano, tem sua prática submetida a uma série de normas, valores e regras construídas ao longo do processo histórico-cultural de cada sociedade.

Corroborando esta assertiva, busca-se nos escritos de Foucault (1997) a compreensão de que a sexualidade coloca-se não apenas no palpável, mas sim, no discurso que o sustenta, na ideologia subjacente aos padrões de "normalidade" impostos na convivência social.

Partindo dessa perspectiva, a formação e a informação acerca da sexualidade estão sujeitas a serem apreendidas de maneira inadequada. No entanto, segundo orientação oficial, cabe a escola, introduzir e transmitir um conhecimento planejado, organizado e sistematizado a fim de ampliar as informações da criança sobre a sexualidade (BRASIL, 1997). Nesse sentido,

compreende-se conforme os apontamentos de Sayão (1997), que o trabalho a ser realizado na escola, trata-se da "Orientação Sexual".

2.1.1 Sexualidade na escola

No Brasil, os primeiros registros de discussões sobre a Educação Sexual na escola datam do início do século passado, mais precisamente em 1920 (SAYÃO, 1997). Influenciada pelas correntes médicas e higienistas, essa educação tinha como objetivo combater a masturbação e as doenças venéreas, além de preparar a mulher para exercer o papel de esposa e mãe. Visava-se, sempre, a saúde pública e a moral higiênica, capaz de assegurar a reprodução da espécie. Contribuindo com essas informações, (RIBEIRO, 2002) ao discutir a divulgação da educação sexual no Brasil, considera que a “veiculação da importância e necessidade da educação sexual através de livros publicados por médicos, professores e sacerdotes, cientificamente fundamentados, visava orientar a prática sexual dos indivíduos”.

Os discursos e práticas de educação sexual, presentes e anunciados, encontravam-se numa difícil e intrincada rede de superposições e proposituras. Posições e contrapontos sempre existiram, mas estes tempos foram marcados por uma militância fervorosa na defesa da educação sexual na escola. Os estudos sistematizados à época não eram muito significativos, porém muitas iniciativas institucionais e sociais preconizavam a educação sexual como disciplina ou espaço institucional potencialmente educativo, capaz de propor informações, orientações e questionamentos éticos sobre a vivência e a expressão da sexualidade.

Dessa forma, a Orientação Sexual no país, ficou marcada por diferentes concepções nos vários momentos de sua história. No entanto, ressalta-se na história recente dessa prática, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº. 9.394) em 1996 e o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, como marcos que possibilitaram um

reconhecimento "oficial" da Orientação Sexual, de sua necessidade e importância como ação educativa no interior da escola.

Para refletirmos sobre as concepções de sexualidade, tomaremos por base os estudos de Nunes (1996); Meirelles (1997) e Furlani (2007) que apresentam diferentes representações percebidas acerca dessa temática que estão presentes no universo pedagógico brasileiro. Embora haja variação na denominação usada pelos diferentes autores, algumas considerações sobre as concepções são muito parecidas.

- Concepção médico-biologista

De acordo com a concepção, para educar sexualmente, seria necessária a compreensão do funcionamento dos aparelhos reprodutivos masculino e feminino, e, conseqüentemente, preparar a criança e o adolescente, bem como o educador, para a descrição e intervenção científica sobre as formas e mecanismos da reprodução. Fundamenta-se numa visão biologista da sexualidade decorrente do uso do paradigma das Ciências Naturais aplicado às Ciências Humanas, pois “reduz a dimensão humana ontológica a uma concepção funcionalista, decorrente do seu fundamento epistemológico positivista, e tem como o paradigma da natureza como determinante da condição humana” (NUNES, 1996, p.139).

Ainda numa concepção médico-biologista, o referido autor destaca duas variantes: a *médico-higienista*, segundo a qual “a educação sexual deveria fundar-se em noções de higiene e procriação, noções sobre novas formas de higiene corporal, e, até da higiene sexual” (NUNES, 1996, p.143) e a *naturalista*, sobre a qual se refere como uma “versão agropecuária” da sexualidade. Trata-se da tendência presente em alguns livros didáticos de Ciências e no discurso de alguns pais e professores de associar a sexualidade humana à sexualidade animal (porquinhos, galinhas, coelhinhos, etc), para explicar às crianças sobre sexo.

Ao condenar o uso de tais recursos didáticos e metodológicos, o autor afirma:

A sexualidade humana é qualitativamente diversa da sexualidade animal, nela estão embutidos valores da comunidade humana, da história social, da economia, da cultura, e até da espiritualidade (...) não se pode impunemente associar o mundo

natural e físico ao mundo cultural e humano, é dever principalmente do educador distinguir amplamente estes mundos. (NUNES, 1996, p. 145).

Embora a concepção médico-biologista com suas variantes naturalista e higienista estejam presentes em programas de orientação sexual de muitas escolas brasileiras e em livros didáticos amplamente utilizados por crianças e adolescentes, tenho convicção de que as noções descritivas do corpo humano, do aparelho reprodutor e seu funcionamento não proporcionam condições de discussões em que a curiosidade, a liberdade e o prazer que envolve a sexualidade estejam presentes. Furlani (2007) refere-se a essa concepção como “Abordagem biológica higienista”, afirmando ser ela “marcada pela centralidade conferida ao ensino como promoção da saúde e privilegia discussões sobre a reprodução humana, as DSTs, à gravidez indesejada, o planejamento familiar, o HIV/AIDS, a puberdade” (FURLANI, 2005, p. 204). Ressalta, ainda, que “a crítica maior reside não na sua presença (que é necessária), mas no fato da sua exclusividade implicar num currículo de abordagem limitada e reducionista” (FURLANI, 2007, p. 204).

- Concepção normativo-institucional

Segundo Nunes (1996), os discursos normativos estão presentes na família tradicional e sempre estiveram presentes em algumas escolas. Muitos programas de educação sexual acentuam a cultura patriarcal, plantando, sobre conceitos de homem e de mulher estereotipados, toda numa sorte de informações e orientações pseudo-científicas e claramente normativas, incitadoras ao medo e controle da sexualidade.

A família, enquanto instituição de normatização e controle das práticas sexuais das crianças e adolescentes vê-se tolhida em suas ações diante da presença cada vez mais influente de outras agências sociais, dentre elas a mídia. Diante dessa realidade há uma certa transferência de responsabilidade da educação sexual da família para a escola, que, muitas vezes, reproduz sobre seus alunos um discurso normativo e repressivo sobre sexualidade que, revestido de cientificidade, busca acentuar o papel de “mãe” para a menina e “homem” para o menino. Este modelo normativo repressivo acaba por acentuar, nos espaços institucionais, tópicos como “doenças venéreas”, AIDS, drogas, envolvidas na mesma matriz temática da sexualidade “sadia”. Torna-se o mais claro instrumento defensor da ordem ético institucional

estabelecida, é quase sempre um discurso eivado de sentimentalismos apelativos, carregados de superficialidade e fundado em estereótipos (NUNES, 1996, p. 189).

Nunes (1996) ressalta que, nessa concepção, a homossexualidade é considerada uma anomalia ou perversão e que, se forem educados nesses moldes, “os jovens e adolescentes não são convencidos ou formados para uma sexualidade humanizada e responsável, mas amedrontados e estimulados a uma sexualidade contida, dentro dos poderes estabelecidos” (NUNES 1996, p. 189). Destaca a contribuição da obra de Foucault para a reflexão contemporânea sobre os dispositivos novos da sexualidade e de suas representações, relativizando todos os determinismos e explicitando a relação incestuosa que há entre saber e poder.

- Concepção consumista e quantitativa pós-moderna

Nessa concepção, Nunes (1996) baseia-se nas idéias de Marcuse¹, afirmando que: a sociedade consumista contemporânea não criou uma libertação da sexualidade, pelo contrário, ampliou a quantificação das práticas sexuais, desqualificou a repressão anterior, mas não alteraram a qualidade e a compreensão significativa do sexo, provocando então comportamentos quantitativos, consumistas, deserotizados, mecânicos, reducionistas genitais despidos do sentido humano.

Uma interpretação, um pouco à maneira de Marcuse, poderia considerar a transformação do sexo em mercadoria como o principal objeto em que essa preocupação é evidente. A sexualidade gera prazer; e o prazer, ou pelo menos a sua promessa, proporciona um incentivo para os produtos comercializados em uma sociedade capitalista (GIDDENS, 1993, p. 194).

Essa concepção de educação sexual, que chega à escola através das músicas, da moda, dos recursos dos celulares de última geração utilizados pelos alunos, e através de outros objetos de consumo e de desejo dos jovens, exige que o educador esteja atento para desenvolver seu trabalho promovendo atividades que oportunizem a reflexão e o debate sobre esse modelo.

¹ Crítico da sexualidade consumista que denuncia que a matriz capitalista torna-se elemento causal e proliferante das práticas sexuais, responsável pela quantificação mecânica, genital e deserotizada da sexualidade.

- Conceção terapêutica

Segundo Furlani (2007), essa concepção é caracterizada pela busca de “causas” explicativas das vivências sexuais consideradas “anormais” ou os “problemas sexuais”, visando a “cura”, essa abordagem apresenta, geralmente, conclusões simplistas, imediatistas, genéricas e universais para os fenômenos da vida sexual (FURLANI, 2007, p. 208). Nunes (1996) refere-se a essa concepção como “terapêutico descompressiva” e acrescenta que esse modelo, cuja época de maior representação foi nos anos de 1980, ainda hoje encontra espaço em escolas por seu caráter psicológico, que permite aos professores utilizarem técnicas da psicologia tradicional, psicodrama, terapia de grupo para uma suposta educação sexual.

- Conceção moral-tradicionalista

Atrelada a fortes princípios conservadores e religiosos, essa concepção de sexualidade tem como principais objetivos desencorajar os jovens da prática sexual e inculcar neles valores de moral tradicional em continuidade aos ensinamentos dados pelos pais. Furlani (2005) destaca que a maior crítica a esse modelo de educação sexual está relacionada à censura que impossibilita o acesso às informações essenciais à sexualidade humana, além de pregar a discriminação quanto ao sexo, orientação sexual, raça, religião, classe social.

- Conceção religiosa radical

Trata-se de uma abordagem caracterizada pela interpretação literal da Bíblia, ou seja, as palavras bíblicas são assimiladas como verdades incontestáveis (FURLANI, 2005). Essa concepção conservadora está presente em escolas e/ou instituições religiosas e seus ensinamentos sobre sexualidade, à luz das verdades contidas na Bíblia, não fazem parte da realidade vivenciada hoje na maioria das escolas não confessionais.

- Concepção dos direitos humanos

Furlani (2007) afirma que “uma educação sexual baseada nos princípios dessa abordagem é aquela que fala, explicita, problematiza e desconstrói as identidades excluídas²”.

- Concepção baseada nos direitos sexuais

A “Declaração dos Direitos Sexuais” foi elaborada no 13º. Congresso Mundial de Sexologia em 1997, Valência (Espanha) e revisada e aprovada pela Assembléia Geral da Associação Mundial de Sexologia em 1999. Apresentarei uma tradução da Declaração dos Direitos Sexuais feita por Furlani (2005, p. 219) a partir do original em inglês e apresentada em sua tese de doutorado.

Os Direitos Sexuais são Direitos Humanos Fundamentais e Universais.

Sexualidade é uma parte integral da personalidade de todo ser humano. Seu desenvolvimento total depende da satisfação de necessidades humanas básicas tais quais desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor. A sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O total desenvolvimento da sexualidade é essencial para o bem estar individual, interpessoal e social. Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na inerente liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos. Uma vez que a saúde sexual é um direito fundamental, então a saúde sexual deve ser um direito humano básico. Para assegurarmos que os seres humanos e a sociedade desenvolvam uma sexualidade saudável, os seguintes direitos sexuais devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas as sociedades de todas as maneiras. Saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais.

- O DIREITO À LIBERDADE SEXUAL – A liberdade sexual está relacionada à possibilidade dos indivíduos em expressar sua plenitude sexual. Contudo, isto exclui todas as formas de coerção, exploração e abuso em qualquer época situações na vida.
- O DIREITO À AUTONOMIA SEXUAL, INTEGRIDADE SEXUAL E À SEGURANÇA DO CORPO SEXUAL – Este direito envolve a capacidade de tomar decisões autônomas sobre a sua própria vida sexual num contexto de ética pessoal e social. Também se relaciona com o controle e o prazer de nossos próprios corpos livres de tortura, mutilação e violência de qualquer tipo.
- O DIREITO À PRIVACIDADE SEXUAL – Este envolve o direito às decisões individuais e aos comportamentos ou condutas em relação à intimidade desde que não interfiram nos direitos sexuais dos outros.
- O DIREITO À JUSTIÇA (equidade) SEXUAL – Este se refere à libertação de todas as formas de discriminação relacionadas a sexo, gênero, orientação sexual, idade, raça, classe social, religião ou incapacidades físicas ou emocionais.
- O DIREITO AO PRAZER SEXUAL – Prazer sexual, incluindo o auto-erotismo,

² “identidades excluídas”: a autora refere-se às crianças e adolescentes, idosos/as, mulheres, afrodescendentes, povos indígenas, estrangeiros/as, refugiados/as e migrantes, ciganos/as, portadores/as de necessidades especiais, gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais.

é uma fonte de bem estar físico, psicológico, intelectual e espiritual.

- O DIREITO À EXPRESSÃO SEXUAL EMOCIONAL – A expressão sexual é mais do que prazer erótico ou atos sexuais. Os indivíduos têm direito a expressar sua sexualidade através da comunicação, do toque, da expressão emocional e do amor.
- O DIREITO À LIVRE PARCERIA SEXUAL – Isto significa a possibilidade de casamento ou não, de divórcio e do estabelecimento de outros tipos de associações sexuais responsáveis.
- O DIREITO A FAZER ESCOLHAS REPRODUTIVAS LIVRES E RESPONSÁVEIS – Isto diz respeito ao direito em decidir ter ou não ter filhos o número e o intervalo de tempo entre cada um e o direito ao pleno acesso aos métodos de controle da fertilidade.
- O DIREITO À INFORMAÇÃO BASEADA NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
Este direito implica que a informação sexual dever ser gerada por uma pesquisa científica ética e difundida por meios apropriados a todos os níveis sociais.
- O DIREITO À EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL – Este é um processo vitalício que se inicia com o nascimento e perdura por toda a vida e deveria envolver todas as instituições sociais.
- O DIREITO À ATENÇÃO a SAÚDE SEXUAL – A atenção com a saúde sexual deveria estar acessível para a prevenção e tratamento de todas as preocupações, problemas e doenças sexuais. Segundo Furlani (2005), essa abordagem traz consigo “um efeito recente, no contexto da educação, das mídias, das instituições públicas, dos Conselhos Profissionais (médicos/as, professores/as, psicólogos/as, etc.): as discussões sobre ética sexual” (FURLANI, 2005, p. 220). Acreditamos que um trabalho de educação sexual na escola baseado nessa abordagem ainda encontra muitas barreiras pelo próprio desconhecimento da existência da Declaração dos Direitos Sexuais por parte de professores e alunos.

• Concepção “queer”³

Essa teoria rejeita a posição de um essencialismo sobre a identidade sexual e admite os predicados normativos e homofóbicos construídos historicamente sobre o termo queer, fazendo disso uma bem humorada afirmação paródica dessa inscrição negativa, o que demonstra a resistência e proposital ironia a heteronormatividade (FURLANI, 2005).

Assim, uma postura pedagógica, baseada numa atitude queer, poderia ser rigorosamente contra qualquer forma de normatização da sexualidade. Os procedimentos didático-metodológicos buscariam intervenções críticas ou subversivas das relações opressivas no âmbito do espaço escolar entre a sexualidade heteronormativa e os regimes dos gêneros, na tentativa de demonstrar como a produção da normalidade é intencional, histórica, política e, sendo assim, instável, contingencial e mutável (FURLANI, 2005, p. 235). A teoria “queer”

³ O termo “queer”, nos países de língua inglesa, sempre foi usado como expressão da homofobia para humilhar e envergonhar pessoas definidas como esquisitas, estranhas, ou seja, por apresentarem suas identidades sexual e de gênero fora dos padrões da “normalidade” instituída e esperada. Surge da cultura intelectual gay e lésbica a partir da década de 1980, inspirada pela crítica aos modelos de definição das identidades sexuais e de gênero e na desconstrução como um método de crítica literária e social.

confronta-se diretamente com a concepção normativa presente nos currículos escolares, conforme citado anteriormente.

- Concepção emancipatória

Nunes (2000) afirma que a educação sexual emancipatória, que deve se contrapor aos modelos anteriormente apresentados por ele pode ser entendida como a “formação para a compreensão plena, integral, histórica, ética, estética e realizado pelo Movimento Gay de Minas Gerais, em parceria com Ministério da Educação e Secretaria de Educação da Prefeitura de Juiz de Fora, de março a dezembro de 2006.

Psicossocialmente significativa e consciente das potencialidades sexuais humanas e sua vivência subjetiva e socialmente responsável e realizadora” (NUNES, 2000, p. 17). Embora quase não tenha utilizado a palavra emancipação em suas obras, Paulo Freire, que definiu sua pedagogia como libertadora e como forma de transformação social, foi um dos educadores que introduziu no Brasil a idéia de “educação emancipatória”⁴ a partir do debate sobre educação popular.

Para Paulo Freire, não pode haver caminho mais ético, mais verdadeiramente democrático do que testemunhar aos educandos como pensamos, as razões por que pensamos desta ou daquela forma, os nossos sonhos, os sonhos por que brigamos, mas, ao mesmo tempo, dando-lhes provas concretas, irrefutáveis de que respeitamos suas opções em oposição às nossas (FREIRE *apud* GADOTTI, 2007, p. 43). Pelo exposto acima, a sexualidade, numa concepção emancipatória, deverá ser científica, crítica, criativa e ao mesmo tempo cultural e politicamente aberta e livre.

- Concepção tradicional – comportamentalista

⁴ O que é educar nessa ótica emancipatória? Educar é sempre impregnar de sentido todos os atos da nossa vida cotidiana. É entender e transformar o mundo e a si mesmo. É compartilhar mais do que conhecimentos, idéias... compartilhar o coração. Numa sociedade violenta como a nossa é preciso educar para o entendimento. Educar é também desequilibrar, duvidar, suspeitar, lutar, tomar partido, estar presente no mundo. Educar é posicionar-se, não se omitir. (GADOTTI, 2007, p. 42)

Segundo Meirelles (1998), essa concepção, centrada na transmissão do conhecimento, tem como enfoque filosófico uma visão fragmentada de mundo. A concepção de currículo que deriva dessa abordagem centra os conteúdos em um planejamento organizado em disciplinas, baseado na autoridade do professor, prioriza regras, objetivos operacionais e a eficiência do processo. A orientação sexual nessa concepção consiste em uma grande preocupação com a informação. O jovem recebe o maior número possível de informações biológicas em relação à sexualidade, informações sobre prevenção da AIDS/DST, métodos anticoncepcionais, aborto, homossexualidade, entre outras. É um modelo difundido em algumas escolas, nas quais o aluno é um mero consumidor de informações, e se contrapõe ao compromisso da educação com a formação, visto que fornece somente informação. A educação sexual vista como uma disciplina de um currículo escolar fechado e fragmentado não consegue unir sua função formativa (atitude de aprender a aprender) com sua função informativa (acumular informações).

- Concepção ambiental

Visa à plena realização do homem em todos os seus aspectos e à sua sobrevivência. Nessa abordagem, segundo Meirelles (1998), a educação é voltada para a construção de valores e conhecimentos, para a tomada de decisões adequadas à preservação do sujeito, da sociedade e do ambiente humano. Nessa concepção, sexualidade e educação são processos criativos, dinâmicos e em contínua transformação. Bem próxima da concepção emancipatória, reconhece a multiplicidade de comportamentos sexuais e de valores a eles associados e as informações são transmitidas a partir de questões e dúvidas trazidas pelos próprios alunos.

2.1.2 Sexualidade e a LDB/PCN's

O primeiro documento produzido pelo Ministério da Educação, intitulado "Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental - Versão Preliminar", de dezembro de 1995, tinha por objetivo fazer um diagnóstico crítico da situação do ensino fundamental, preconizando a necessidade de amplas mudanças. O documento afirmava que: "[...] os PCNs são um instrumento para a qualidade do ensino, que permitirá concretizar uma proposta à

sociedade, de modo que seja útil para orientar o trabalho educativo que os professores desenvolvem nas diversas escolas de nosso país” (BRASIL, 1995, p. 2).

Pode-se destacar que a criação da nova LDB e dos PCN's foram fundamentais para atender as necessidades dos alunos, professores e envolvidos no contexto escolar, no que se refere à Orientação Sexual. Acredita-se, também, que essa publicação possibilitou um tratamento mais crítico e eficaz da temática.

Nessa medida, o PCN volume 10, responsável por tratar como tema transversal a Orientação Sexual, tem como pressuposição um trabalho multidisciplinar que possa envolver toda a área educativa, inclusive a Educação Física.

2.2.1 Fazer docente

Para melhor entender a sexualidade, é preciso compreender que tal tema implica valores culturais, morais e também as transformações sociais. Lembrando que os indivíduos estão submetidos a uma educação sexual desde que nascem, de forma que a questão sexual não é um tema novo, nem uma abordagem desconhecida, mas repleta de conceitos e preconceitos construídos histórico e socialmente. Citarei Nunes (1997, p. 15) que afirma:

Pois falar em sexualidade implica retomar alguns recursos metodológicos: A história, a antropologia, a moral e a evolução social. Não se fala da sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estrutura, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes. Esse relativismo não pode ser irresponsável. Ele nos permite perceber a construção social da sexualidade sem, contudo fazê-lo de modo destrutivo ou imaturo.

O autor reforça que não é possível falar de sexualidade, de forma fragmentada, uma vez que os homens são sujeitos de transformações construídas historicamente dentro de determinadas estruturas, modelos que dizem respeito à determinada época vivida, com diferentes valores, conceitos ideologias, e a sexualidade faz parte destas relações sociais.

Desde que nascemos vivemos a sexualidade. Em um primeiro momento através das relações de gênero, que nos define no desempenho de papéis em masculino ou feminino. Somos membros de uma sociedade, que de acordo com seu contexto, moldará os indivíduos no seu jeito de vestir, de falar, de pensar, de se relacionar, enfim de viver como seres sexuados.

As crianças são frutos do meio em que vivem, desta forma incorporam valores e manifestações culturais que são perpassadas ao longo das gerações.

Na Revista Nova Escola, Fruet (2006) diz que estudos relatam que a construção da identidade acontece na fase da infância, sendo assim não podemos falar de sexualidade sem associar com diferenças de habilidade, conhecimento, gênero, etnia, credo religioso e tipo físico. Torna-se fundamental que as práticas dos educadores sejam adequadas em relação à aceitação da diversidade. Devendo o educador ter a sensibilidade para não permear estigmas preconceituosos, uma vez que isso está inculcado na sociedade vigente.

Fruet sobre a brincadeira, afirma que quanto mais mediada pelo educador, uma vez que este esteja embasado teoricamente, esta permite à criança transmissão de valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexo diferente. O educador precisa estar atento para combater padrões estereotipados dos papéis do homem e da mulher. Tornando possível o trabalho sobre estas questões de forma natural.

Portanto segundo a autora a sexualidade não pode ser trabalhada de forma individual, não é necessário dar aulas específicas sobre educação sexual, mas o educador pode trabalhar o tema, utilizando atividades lúdicas, permitindo a compreensão para as crianças de forma natural, saudável e prazerosa.

2.2.2 O professor de educação física e a abordagem da sexualidade

Conforme o PCN de Orientação Sexual a disciplinas Educação Física é conceituada como espaço privilegiado de intervenção pedagógica a respeito das questões que envolvem a orientação sexual. Destaca-se o "uso do corpo" e a tematização da "cultura corporal", como atributos facilitadores da transmissão de conhecimentos sobre o corpo, relações de gênero e interações com a sexualidade.

Ressalto, novamente, baseando-se em Foucault (1987), que os controles disciplinares da atividade sexual encontram lugar em todas as pesquisas, teóricas e práticas, sobre a "máquina natural" do corpo. Assim, os conteúdos abordados pela disciplina são imbuídos nesse poder disciplinar, que tem por correlato a formação de uma individualidade que valoriza excessivamente a importância do natural e do orgânico.

As aulas de Educação Física transformaram o espaço escolar que antes era dominado pela presença do esporte-rendimento para um local onde há esporte, mas com a concepção da participação de todos.

No Brasil, a Educação Física escolar foi introduzida no final do século XIX, pelos médicos higienistas, que tinham a preocupação com o corpo saudável, robusto e harmonioso através do treinamento físico. Nas escolas somente o sexo masculino era privilegiado, pois a educação física, moral e intelectual para o sexo feminino seria modificada e própria para o sexo.

Em 1928 com a Reforma na educação, Fernando de Azevedo foi quem reorganizou os ensinos primário, normal e profissional. Por intermédio de sua contribuição deu atenção especial às mulheres, recomendando práticas peculiares a seu sexo, ou seja, aquelas que não exigiam grandes esforços físicos e as que não tivessem caráter competitivo como a natação e a dança. Até os meados do século XX as aulas de Educação Física eram separadas por sexo, onde os

meninos faziam atividades voltadas ao seu desempenho físico e as meninas a graciosidade e beleza.

Com a queda de Getúlio Vargas e o fim de um governo ditatorial, grandes mudanças ocorreram no país. Com a elaboração da primeira LDB sob o nº 4.024/61, a Educação Física teve sua obrigatoriedade fixada nos cursos, primário e médio, através do artigo 22, recomendava-se que a prática da Educação Física na escola fosse complementada por atividades esportivas, mesmo que essas fossem ministradas fora do horário escolar, a fim de permitir a formação do espírito de equipe e liderança dos alunos.

A partir desta Lei a Educação Física passou a ser ministrada da mesma forma para ambos os sexos, e devido a alguns movimentos sociais que emergiu a questão de igualdades para todos, ou seja, oportunidade para ambos os sexos, devido a mobilização feminista, algumas aulas passaram a serem mista, por serem realizadas no mesmo espaço, para ambos os sexos, porém não necessariamente em conjunto, era “Meninos pra lá e meninas pra cá”. A partir da década de 90 com a criação da nova LDB 9394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Educação Física, começou a ter um lugar de prestígio. Para os PCNs (1997) as aulas de Educação Física mistas podem dar oportunidades de meninos e meninas, observarem-se, descobrirem-se e aprenderem a ser mais tolerante, não discriminar e compreender as diferenças, de forma a não reproduzir estereótipos das relações sociais entre os sexos. Dar-se aí o interesse em interpretar o discurso dos professores de Educação Física quanto o relacionamento de meninos e meninas, meninas e meninas e meninos e meninos, durante as aulas de Educação Física e identificar através das falas deles quais os conflitos mais comuns nas aulas deles, pois as aulas de Educação Física mista para alguns professores geram um desconforto, por estar em um mesmo espaço juntos, executando a mesma atividade.

As aulas mistas na Educação Física têm o intuito de priorizar as atividades para ambos os sexos, porém nem sempre as aulas mistas são aulas co-educativas, pois a co-educação tem como objetivo levar o aluno a trabalhar as mesmas possibilidades e oportunidades, vivenciando as diferenças e semelhanças. Para Saraiva (1999, p.190), “... a concepção de co-educação, [...], nas aulas de Educação Física, as meninas e os meninos recebam as mesmas

atenções e possam vivenciar as mesmas práticas, desenvolvendo a compreensão de diferenciadas manifestações do agir esportivo”.

A co-educação é entendida como uma prática conjunta com meninos e meninas, com isto, torna-se importante para o campo pedagógico, apesar de muitos professores resistirem às práticas conjuntas, principalmente devido aos interesses distintos dos alunos e das alunas.

O papel do professor é levar o aluno a uma participação efetiva na vida social, aprendendo através das atividades físicas e esportivas a aceitar as diferenças de sexo. Os PCNs alertam para uma reflexão do (a) professor (a) quanto a sua intervenção, sobre valores e conceitos cultivados, que se mantém, são reforçados através da submissão das relações, e se instalam no ambiente escolar, pautados nas questões de gênero.

Para Louro (2003) a Educação Física é uma disciplina que sempre teve uma preocupação com a sexualidade das crianças, visão da masculinidade do menino no esporte sempre foi muito valorizado, quanto para as meninas o contato físico no jogo e a agressividades vão contra a feminilidade das mesmas.

A Educação Física parece ser, também, um palco privilegiado para manifestações de preocupação com a relação à sexualidade das crianças. Ainda que tal preocupação esteja presente em todas as suas situações escolares, talvez ela se torne particularmente explícita numa área que está, constantemente, voltada para o domínio do corpo. [...] Não se pode negar que ser o melhor, no esporte pode representar, especialmente para um menino ou um jovem, um valorizado símbolo de masculinidade. [...] por outro lado, ocupa-se de modo particular das meninas e afirma que os cuidados com relação à sua sexualidade levam muitas professoras e professores a evitar jogos que supõe ‘contato físico’ ou uma certa dose de ‘agressividade’. [...] Agrega-se aí outros argumentos, como fato de tais atividades podem ‘machucar’ os seios ou órgãos reprodutores das meninas. (LOURO, 2003, p.74-76)

A Educação Física expõe os estereótipos de gênero, por ela ser uma disciplina que promove a relação de contato e de movimento dos corpos, porém a mesma não está isolada, pois quem a reforça é a escola, por ser sexista. O que acentua os estereótipos de gênero nas aulas de Educação Física na escola é a determinação das atividades por sexo, por exemplo, a menina dança e o menino joga futebol. Se o objetivo das aulas é desenvolver as qualidades físicas, e as habilidades motoras, que são igualitárias aos dois sexos, se são trabalhados a expressão corporal e o ritmo, são para os dois sexos, se for à força também se destina aos dois. O que

não pode ocorrer é um sexo ser mais privilegiado em relação às oportunidades que o outro devido às características físicas serem mais determinantes em um sexo do que no outro. Com isso nas aulas de Educação Física acabam ocorrendo desentendimentos entre os alunos. No relacionamento entre meninos e meninas é comum vermos a presença de conflitos, resistências e até mesmo exclusão entre eles. Para isto, um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.33) do ensino fundamental é levar os alunos a serem capazes de: “participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais”.

Considerando os objetivos dos PCN's e agregando a eles uma percepção crítica dos professores de Educação Física, fica nítida a importância de tais docentes abordarem as questões sobre sexualidade com maior eficiência e real necessidade. É primordialmente durante suas intervenções, onde ocorrem grande parte dos conflitos, dos questionamentos relacionados, por exemplo, ao gênero. E se utilizando destas possibilidades é importante que as utilize em prol de uma formação, ou melhor, de uma educação sexual mais consistente para seus alunos.

2.3 Corporeidade

Para Lacan⁵, a imagem corporal tem um papel fundamental na constituição do sujeito, já que é a imagem especular que possibilita à criança estabelecer a relação de seu corpo e de seu eu com a realidade que a cerca.

No entendimento de Alves (1997), as ações humanas se manifestam e se expressam corporalmente quando se pensa na multidimensionalidade do sujeito. Volta-se o olhar, em primeiro lugar, para a corporeidade. Santin (1987, 1990, 1992, 1996) afirma que a corporeidade, sob o ponto de vista filosófico, não corresponde a um elemento mensurável, mas a uma imagem que construímos na mente. Após consultar dicionários e manuais, concluo

⁵ Jacques-Marie Émile Lacan, psicanalista francês

que estes são ambíguos ao definir o que seja corporeidade: "a qualidade do ser corpóreo", ou "aquilo que constitui o corpo como tal", ou simplesmente, como "a idéia abstrata do corpo". Portanto, "a corporeidade seria a propriedade básica que nos garante a compreensão do corpo" (1990, p. 137). Em sua análise, parte de três atitudes para buscar os aspectos filosóficos da corporeidade: uma, ontológica, em que a corporeidade significaria exatamente aquilo que constitui o corpo como tal (1990, p. 137); outra, epistemológica, onde a corporeidade é tomada como a concretude espaço-temporal do corpo humano enquanto organismo vivo, a partir das descobertas das ciências experimentais, sendo assumida essa tarefa pela biologia, pela genética, pela anatomia e pela fisiologia (1990, p. 137-138); e uma terceira, que chama de fenomenológica, não está preocupada nem em garantir as bases ontológicas, nem construir uma epistemologia objetiva e rigorosa da corporeidade, mas tentar descrever as imagens de corporeidade que o imaginário humano construiu ao longo da história da humanidade, incluídas também as imagens metafísicas e científicas. Ela tenta captar as possíveis implicações culturais, sociais, educacionais, políticas e ideológicas que tais imagens geraram nos indivíduos e na sociedade. A corporeidade, portanto, sob o ponto de vista dessa atitude, não se constitui num elemento mensurável, ela é apenas a imagem construída na mente a partir da maneira como os corpos são percebidos e vivenciados (1990, p. 138). Conclui que o importante não é definir corporeidade, mas compreender as diferentes corporeidades que inspiram e determinam o tratamento dos corpos humanos, desenvolvidos pelas culturas humanas, em geral, e pelas atividades da Educação Física, em especial. É na corporeidade que se situa o ponto central de encontro do homem consigo mesmo. Ela é "a presença e a manifestação do ser humano..." Santin (*apud* ALVES, 1997, p. 939). Daí ser a corporeidade a condição primeira para que se reinstaure a presença do ser humano (ALVES, 1997).

2.3.1 A corporeidade x sexualidade

A tendência atual sobre o corpo, o seu cultivo e os inúmeros investimentos sobre a corporeidade estão em evidência. A corporeidade é a forma de o homem ser no mundo e essa afirmação não implica uma negação da transcendência e imortalidade do espírito, mas, sobretudo, implica na afirmação determinista de que é impossível a existência do homem no mundo sem o corpo. "O corpo é o veículo do ser-no-mundo, e ter um corpo é, para uma

pessoa viva, juntar-se a um mundo definido, confundir-se com alguns projetos e engajar-se continuamente neles”. (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 24).

Foucault (1980) considera a sexualidade como uma experiência prazerosa e o corpo como o instrumento que leva ao prazer. A capacidade de sentir prazer não depende da vontade ou de uma decisão, mas é algo que está intimamente ligado à verdadeira essência de todos os homens e mulheres. Entretanto, os discursos sobre a sexualidade não ultrapassam o nível da informação técnica, defendida dentro das especificidades etárias, de forma precária, perigosa, a ser constantemente vigiada. A imagem corpórea, que corresponde ao fato de reconhecer o próprio corpo, aceitando-o e vivendo-o com sua caracterização de virilidade ou feminilidade, pode ser um trunfo para os sujeitos, porque tudo que representa uma ameaça à identidade corpórea pode interferir na expressividade dos comportamentos sexuais.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização do estudo

Trata-se de um projeto bibliográfico descritivo, onde a revisão de literatura foi feita de forma analítica e a fase descritiva através método quantitativo, em que foram utilizados questionários pré-elaborados direcionado aos profissionais de Educação Física em exercício no âmbito escolar com a análise das informações obtidas que admitiam respostas alternativas e cujos resultados são apresentados de modo numérico, permitindo uma avaliação quantitativa dos dados (MOREIRA *et al.*, 1996, citado por DANTAS, 2001). A pesquisa quantitativa é apropriada para medir tanto opiniões, atitudes e preferências como comportamentos (MATTAR, 2001).

3.2 Amostra

Foram submetidos 50 questionários a docentes de Educação Física de escolas públicas e particulares, considerando seu tempo de atuação docente distinguindo-se os recém formados de um a três anos, > três anos a cinco anos, > cinco a oito anos de atuação e profissionais com mais de oito anos de docência.

3.3 Instrumentos

O questionário composto por oito questões a cerca do tema foi uma ferramenta pensada para avaliar qual a interação dos docentes com o tema sexualidade, se percebem a importância de se trabalhar o tema em suas aulas, qual a demanda sobre o tema com os alunos, envolvimento do corpo docente, supervisão e orientação da escola na abordagem do assunto,

desenvolvimento de políticas e trabalhos abordando o tema na escola e se conhecem o tratamento dado a Sexualidade nos PCN's.

A validação do instrumento de medida foi realizada através da avaliação do mesmo por docentes com comprovada experiência no tratamento do assunto sexualidade e educação.

Os docentes que validaram o instrumento foram Prof. Dr. Amadeu Roselli Cruz, Profa. Dra. Araci Asinelli da Luz, Prof. Ms. Roney Polato Castro.

3.4 Procedimentos

A coleta de dados foi realizada de forma aleatória sendo os questionários submetidos aos profissionais de Educação Física atuantes no âmbito escolar. Foram aplicados 50 questionários através de contato direto com os profissionais (pessoalmente) e também por via indireta, por envio de e-mails, sendo os questionários respondidos e reenviados. Foi também submetido um TCLE (Termo de Compromisso Livre e Esclarecido) a todos os participantes da pesquisa.

O período de submissão ocorreu entre Marco e Junho de 2011, sendo a análise dos dados realizada entre Junho e Julho do ano corrente.

3.5 Análise dos dados

Os dados dos questionários foram tabulados e analisados.

4 RESULTADOS

4.1 Perfil dos profissionais analisados

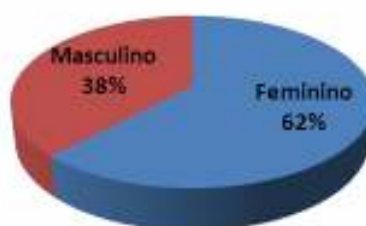


GRÁFICO 1- Sexo dos entrevistados

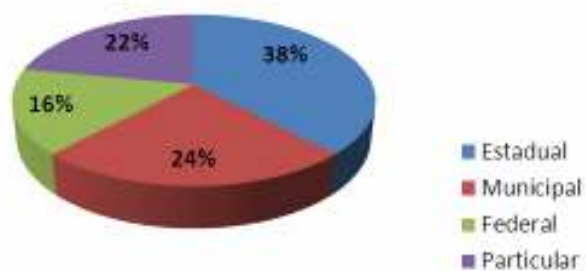


GRÁFICO 2- Atuação dos profissionais segundo a rede de ensino

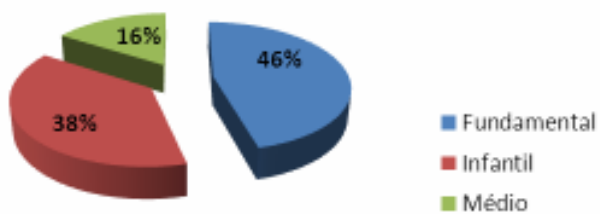


GRÁFICO 3 - Atuação profissionais segundo nível ensino



GRÁFICO 4 - Perfil segundo tempo de docência

4.2 Nível de relação da prática pedagógica e a demanda para abordagem do tema sexualidade

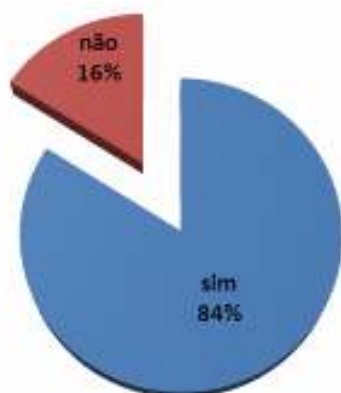


GRÁFICO 5- Prática pedagógica x sexualidade

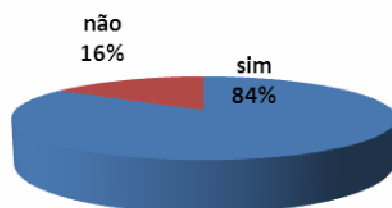


GRÁFICO 6 – Demanda para abordagem da sexualidade

4.3 Nível de relevância do trabalho com a sexualidade na escola e nas aulas de educação física

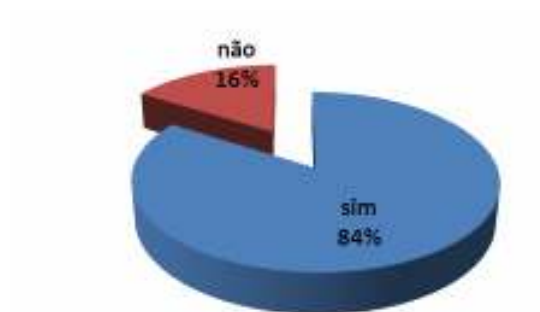


GRÁFICO 7 - Sexualidade na escola

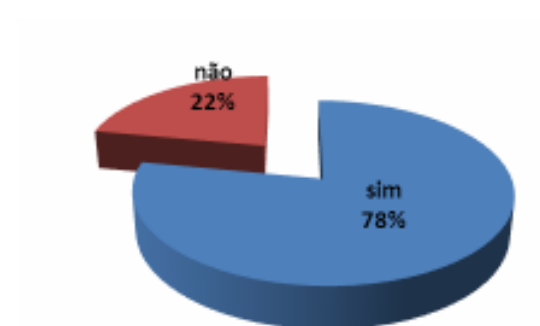


GRÁFICO 8- Abordagem da sexualidade aulas de ed. física

4.4 Nível de capacitação e de envolvimento do corpo docente, orientação, supervisão para a abordagem da sexualidade na escola

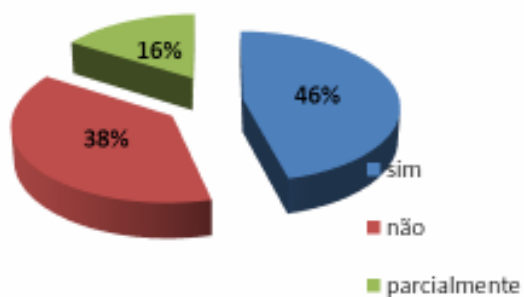


GRÁFICO 9- Nível de capacitação

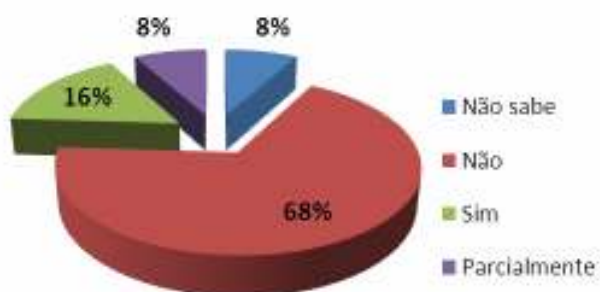


GRÁFICO 10 - Envio da supervisão/orientação

4.5 Nível de conhecimento dos profissionais sobre políticas de educação sobre a sexualidade e tratamento dado a mesma nos PCN's

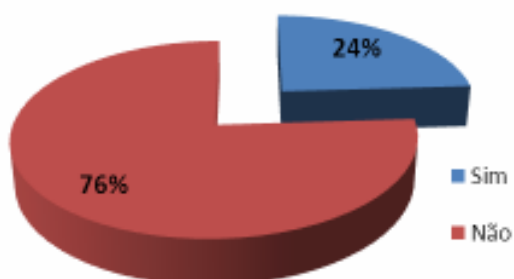


GRÁFICO 11- Conhecimento de políticas de educação

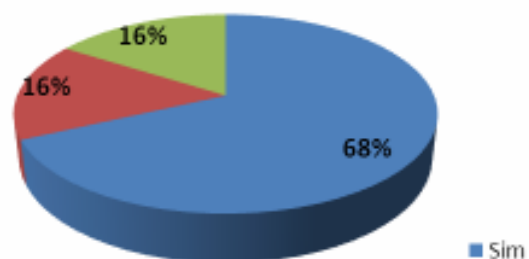


GRÁFICO 12- Conhecimento dos PCN's

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Avaliando o perfil dos profissionais analisados, temos que 62% deles são do sexo feminino e 38% do sexo masculino (GRAF.1).

Considerando a atuação dos profissionais segundo a rede de ensino (GRAF. 2), temos 22% deles atuando na rede de ensino privada e os outros 78% na rede pública: 38% em escolas estaduais, 24% nas municipais e 16% nas federais.

Quanto ao nível de ensino a figura 3 mostra que 46% dos profissionais atuam no ensino fundamental, 38% na Educação Infantil e 16% atua no ensino médio.

O GRAF. 4 analisa os profissionais quanto ao tempo de docência sendo 46% de recém formados, com um a três anos de docência, 16% com mais de três a cinco anos de docência, 16% com mais de cinco a oito anos de docência e 22% com tempo superior a oito anos de docência.

O GRAF. 5 aponta que 84% dos profissionais analisados apresentam uma interação com o tema sexualidade em sua prática pedagógica e a figura 6 que também , 84% dos profissionais percebem demanda para abordagem do tema em suas aulas. Acreditam que o trabalho com o tema Sexualidade na escola é bastante relevante (GRAF. 7), e alguns apontam para a multidisciplinaridade como uma ferramenta importante para a construção deste trabalho.

Cerca de 78% dos profissionais analisados trabalha com este tema em suas aulas, seja direta ou indiretamente, avaliando-se muitas vezes apenas o contexto biológico do tema (GRAF. 8).

O GRAF. 9 mostra a capacitação dos profissionais de Educação Física para o tratamento do assunto Sexualidade: temos 46% sentindo-se preparados para o tratamento do tema, outros parcialmente 16% e 38% que sentem-se não capacitados para a abordá-lo.

O envolvimento da orientação e supervisão das escolas na abordagem do tema Sexualidade é demonstrado pela GRÁF.10, sendo que 68% dos profissionais analisados alegam não existir este envolvimento.

Quanto às políticas de educação sobre a sexualidade (GRAF. 11) 76% dos profissionais desconhece a existência.

O GRAF. 12, Conhecimento dos PCN's, 68% conhecem integral e 16% parcialmente o tratamento dado a Sexualidade nos PCN's, enfocando, no entanto que na formação acadêmica não é dada a devida atenção ao tema.

6 CONCLUSÃO

Contextualizar o assunto Sexualidade é tarefa bastante complicada principalmente se o fizermos no âmbito escolar.

O presente estudo buscou as primeiras aproximações com a temática, a visão dos docentes a cerca do tema Sexualidade na escola, bem como a interação destes profissionais, seu fazer docente e suas percepções sobre a sexualidade.

Quando dimensionamos a escola, sua política pedagógica, seus preceitos para o ensino e a aprendizagem dos alunos, muitas vezes passamos despercebidos por temas que devem ser relevantes para uma cultura escolar mais completa.

A Sexualidade, no sentido de Orientação Sexual apesar de constituir tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN's, não tem sido tratada de maneira abrangente nas escolas.

A partir dos dados obtidos pela pesquisa desenvolvida pude perceber que existe uma profunda diferença entre a intencionalidade dos docentes no tratamento do tema e da efetiva ação, do fazer docente destes para abordagem da Sexualidade.

Os profissionais que alegam trabalhar com o tema em suas aulas e que apresentam uma visão mais positiva para a abordagem do tema são em sua maior parte os recém formados e alguns profissionais que atuam a mais de oito anos na educação.

Os docentes analisados sentem-se em sua maioria preparados ou parcialmente preparados para lidar com o tema, no entanto quando o fazem só realizam intervenções durante suas aulas, fazendo-o muitas vezes de maneira superficial, visto que alegam trabalhar as questões da

Sexualidade no desenvolvimento de suas atividades com a corporeidade, que seria o plano de fundo da ação dos profissionais da Educação Física.

Realmente a corporeidade é trabalhada pela Educação Física durante a ação dos docentes, visto que a corporeidade seria a propriedade básica que nos garante a compreensão do corpo, no entanto não podemos resumir as questões da Sexualidade apenas a este viés.

Os profissionais não apresentam planos para o trabalho da Sexualidade na escola através de projetos ou políticas e a grande maioria alega não haver ou desconhecem a existência de projetos e políticas que a trabalhem.

Desta forma, fica claro que tais profissionais acreditam ter ferramentas para trabalhar a Sexualidade, mas o fazem de maneira ocasional, não planejada. A dimensão do trabalho com a Sexualidade é limitada.

Outro fator de importância que deve ser pontuado é o de que existe uma diferença entre os motivos pelos quais o trabalho com a Sexualidade na escola pública e particular é tão pouco desenvolvido.

Segundo alguns relatos, na escola particular os profissionais são vistos como prestadores de serviços, a educação é comercializada, portanto não há intenção da escola particular em abrir precedentes para a discussão de assuntos polêmicos que demandariam maiores reflexões e ações supervisionadas para tratamento do assunto Sexualidade. Isso poderia gerar uma desarmonia, ou melhor, uma preocupação por parte dos pais e a necessidade de atitudes, de posicionamentos destes no sentido de tratar dos assuntos inerentes ao tema.

Na escola pública, no entanto, encontramos um maior número de docentes alegando trabalhar os assuntos relacionados à Sexualidade, mas não de maneira sistematizada, intencional. As ocorrências se dão segundo a demanda dos discentes, em ocasiões isoladas.

Dentre os profissionais analisados os que demonstram tratar o tema com maior propriedade são os do gênero feminino, sendo mais acessíveis, apresentando maior número de soluções para as demandas propostas por seus alunos, acreditando que a intervenção multidisciplinar seria a melhor forma para se tratar o tema Sexualidade na escola. Os do gênero masculino, em sua maioria não visualizam demanda junto aos discentes ou alegam trabalhar o tema quando abordam a corporeidade.

Uma limitação da pesquisa desenvolvida, para qual sugiro futuras investigações seria abordar junto aos profissionais qual seria a proposta fundamentada em seus planos de trabalho, projetos para o desenvolvimento de políticas no âmbito escolar para tratar o tema Sexualidade.

Os questionamentos, indagações, suposições surgem entre os alunos de forma espontânea, portanto a existência de demanda dentro da escola para o tratamento deste tema é eminente. Temos então de aperfeiçoar o processo, a metodologia que a escola vem utilizando para tratar o assunto.

Os tabus devem ser quebrados para que no futuro a Educação Sexual, a Sexualidade não seja tratada apenas como tema transversal pelo qual, muitas vezes, profissionais preferem não passar, mas como uma obrigatoriedade no processo de ensino aprendizagem desde a Educação Infantil e por toda nossa vida, seja inicialmente no âmbito escolar e no decorrer de nossa existência através da cultura.

A Educação Física pode em muito contribuir para os trabalhos sobre a sexualidade, pois se o aluno tem consciência de seu corpo, do funcionamento do mesmo e das capacidades e potencialidades deste corpo sua interpretação do mundo será diferenciada.

A sexualidade tem seu início desde o nascimento e se desenvolve ao longo da vida tornando-se mais perceptível aos olhares externos durante a adolescência na puberdade, pois é o período de densa descoberta e da apresentação do outro (sexo oposto).

A sexualidade é o que há de mais íntimo nos indivíduos, é aquilo que os reúne globalmente como espécie humana. Está inserida entre as “disciplinas do corpo” e participa da “regulação das populações”. É, portanto um “negócio de Estado”, explicação esta que podemos utilizar para compreender o porquê da inclusão da Sexualidade como tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN’s. Segundo os PCN’s a orientação sexual deve impregnar toda a área educativa.

Baseando-me no exposto acredito ser crucial o desenvolvimento de estratégias que possam avaliar, mediar e propiciar a abordagem da Sexualidade na escola de maneira efetiva, planejada contando com o envolvimento do corpo docente bem como dos pais e dos discentes para que no futuro possamos ter uma educação real semelhante à idealizada.

A formação dos profissionais da educação a cerca do tema também deve ser priorizada, o primeiro passo é informar para formar e esta capacitação deve ser isenta, não tendenciosa, para que sua função no processo da educação sexual seja eficiente. O professor deve atuar como mediador, interlocutor sobre o tema Sexualidade.

O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre a sexualidade possa ser demonstrada.

A escola como espaço cultural diferenciado, com suas peculiaridades e especificidades não deve apenas informar sobre a sexualidade, mas deve subsidiar discussões, promover a reflexão e atuar na construção de um ser humano crítico sobre as questões da sexualidade. A sexualidade é uma expressão dos seres que se comunicam com o mundo e com os outros, é, portanto, uma “ linguagem”, sendo a escola um lugar privilegiado para sua abordagem. Os alunos devem vivenciá-la de forma natural, bem resolvida, proporcionando a formação de adultos saudáveis, de percepções construtivas e sem preconceitos e estereótipos, muitas vezes construídos em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Helena. *Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais*, 2001.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução a filosofia*. São Paulo: Moderna, 1987.

BRAGA, Andréa Vieira. Identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. *Revista Iberoamericana de Educación*, Argentina, v. 40, n. 2, 2006.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Sumaya Persona. Sexualidade, educação e cultura: instantâneos de escolas de Cuiabá e Várzea Grande. *Revista UFMT*. Disponível em: <www.ufmt.br/revista/arquivo/rev9/sexualidade.html> . Acesso em: 12 set. 2010.

CASTRO, Roney Polato. *Professores (as), sexualidade e educação sexual: produzindo sujeitos nos contextos do programa de educação afetivo-sexual (PEAS)* UFJF.

CASTRO, Roney Polato de. *“Apertem os cintos”... uma viagem pelos sentidos e possibilidades do programa de educação afetivo-sexual (PEAS)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

CHIMITI, Thiago Pelegrini D. K.; GALLO, A. E. A educação física e a sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais: conservadorismo e normatização sexual. *Revista Digital EFDeportes*, Buenos Aires, n. 113, 2007. Disponível em: <www.efdeportes.com/efd113/a-educacao-fisica-e-a-sexualidade-nos-parametros-curriculares-nacionais.htm>. Acesso em: 12 set. 2010.

CORTEZ, Samuel. Sexualidade na escola. Blog do Professor Cortez. Disponível em: <<http://profecortez.blogspot.com/2010/08/internet-e-escola-ii.html>>. Acesso em: 10 out. 2009.

COSTA, Diana Barreto. Estudo sobre a sexualidade dos adolescentes de uma escola pública de Imperatriz - Maranhão. *Revista Pesquisa em Foco*, v. 16, n. 1, p. 62-76, 2008. Disponível em: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/view/12/196>. Acesso em: 10 set. 2010.

CRUZ, Elizabete Franco. A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explícito e o oculto. *Revista Educação & Sociedade*, n. 58, p. 203-207, Jul. 1997.

DOURADO, Wesley Adriano Martins. *O corpo próprio merleauPontyano*: subjetividade e educação. UESP.

ETHOS. Instituto de Pesquisa Aplicada. Compreenda a pesquisa quantitativa. Disponível em: <www.ethos.com.br/diferenciais/pesquisaquantitativa.htm>. Acesso em: 25 jun. 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de M^a Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FURLANI, Jimena. *Mitos e tabus da sexualidade humana* – subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HIRALDELLI JÚNIOR, P. *Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira*. São Paulo: Loyola, 1991.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 35-86.

LOURO, Guacira Lopes *et al.* *O corpo educado pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACEDO, Lino; OLIVEIRA, Zilma. Rumo a maturidade. *Revista Nova Escola*, São Paulo, n. 9, p. 6, 2006.

MARIA, A. T. B.; GRASSI, M. V. F. C. Sexualidade: discurso do corpo: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 11, p. 79-92, 1991.

MARQUES, Lilian Danyi; KNIJNIK, Jorge Dorfman. Interfaces entre orientação sexual e educação física: reflexões a partir de uma proposta de intervenção na escola pública de ensino fundamental ciclo II. *Revista Digital EFDeportes*, Buenos Aires, n. 103, 2006. Disponível em: <www.efdeportes.com/edf103/orientacion sexual.html>. Acesso em: 07 set. 2010.

MATTAR, F.N. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas, 2001. 278 p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOIZES, J.S.; NUENO, S.M.V. Compreensão entre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, p. 205-212, 2010.

NACHARD, Leni Mércia. *Sexualidade na escola*. 2000.

NUNES, César. *Desvendando a sexualidade*. Campinas: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, Eliane Martins. *Trabalhando a sexualidade na escola: um olhar de sensibilidade ao ser humano*. 2007.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997, p.107-118.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TIBA, I. *Adolescência: o despertar do sexo - um guia para entender o desenvolvimento sexual e afetivo das novas gerações*. São Paulo: Gente, 1994.

TOREJANI, Aszuen Tsuyako do Carmo; ECCHELI, Simone Deperon. A sexualidade em tempos modernos: desafios para a escola atual. Disponível em: <<http://www.adolec.br/bvs/adolec/P/pdf/volumes/volume82.pdf#page=83>> Acesso em: 4 out. 2010.

WEREBE, M. J. G. *Sexualidade, política, educação*. Campinas: Autores Associados, 1998.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **SEXUALIDADE NA ESCOLA: abordagens, o fazer docente, a corporeidade e a Educação Física.**

Você foi escolhido aleatoriamente e a sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos desta pesquisa são avaliar como o tema sexualidade vem sendo tratado dentro das escolas, qual a implicação do profissional de Educação Física no tratamento deste tema, como ocorre o fazer docente destes profissionais, a interação entre a corporeidade e a sexualidade e as possibilidades de abordagem no âmbito escolar.

Sua participação nesta pesquisa será voluntária. Ao participar, não haverá riscos para você visto que sua identidade e opiniões não serão divulgadas. Os benefícios da sua participação são contribuir para investigar como o tema sexualidade vem sendo tratado na escola permitindo reflexões e possibilidades de intervenção na abordagem do tema.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal e seu orientador, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, a qualquer momento.

Danielle Carvalho Cruz Dutra de Almeida

Graduanda Educação Física UFMG

danninha_almeida@yahoo.com.br - 87267797

Orientador: Prof. Ms Wemerson de Amorim

FAE/ DMTE - 34096298

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa

QUESTIONÁRIO PESQUISA

SEXUALIDADE NA ESCOLA: abordagens, o fazer docente, a corporeidade e a Educação Física

ESCOLA:

NOME do PROFISSIONAL:

SEXO: Masculino ()

Feminino ()

FORMAÇÃO:

TEMPO DE DOCENCIA:

SÉRIES COM QUE TRABALHA:

1. Qual a relação de sua prática pedagógica com o tema sexualidade?

2. sexualidade
com seus alunos?

Você perceb

3.

Você acha re

4.

Você trabalh

5.

Você se sent

6. na
abordagem do assunto?

Existe envol

7. escola
são colocadas em prática?

Você conhe

8.

Conhece o tr

OBSERVAÇÕES:

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA

EM PESQUISA CIENTÍFICA ACADÊMICA

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário destina-se à **1ª fase da validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados em minha pesquisa de campo cujo tema é: **SEXUALIDADE NA ESCOLA: abordagens, o fazer docente, a corporeidade e a Educação Física**. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o verso desta folha.

As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento de minha pesquisa.

PERGUNTAS	OBJETIVO DA QUESTÃO	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?
1. Qual a relação de sua prática pedagógica com o tema sexualidade?	<i>Verificar junto aos docentes se a abordagem do tema sexualidade lhes é algo natural e intrínseco a sua atuação.</i>						
2. Você percebe direta ou indiretamente, demanda para abordar o tema sexualidade com seus alunos?	<i>Verificar a existência de questionamentos dos alunos, situações que enfatizem o trabalho com o tema em sua prática docente.</i>						
3. Você acha relevante trabalhar o tema sexualidade na escola?	<i>Analisar se o docente acha relevante trabalhar com o assunto na escola.</i>						
4. Você trabalha este tema em suas aulas?	<i>Analisar se o docente acha relevante trabalhar com o assunto em suas aulas.</i>						
5. Você se sente capacitado para tratar tal tema em suas aulas?	<i>Analisar se o docente se considera capacitado a trabalhar o tema sexualidade.</i>						
6. Existe envolvimento do corpo docente, supervisão e orientação da escola na abordagem do assunto?	<i>Verificar se a instituição escola e seus membros abordam o assunto e de que maneira.</i>						
7. Você conhece políticas de educação sobre a sexualidade? Quais? Em sua escola são colocadas em prática?	<i>Verificar se as instituições cumprem as perspectivas dos PCN's a cerca do trabalho de abordagem da sexualidade e da orientação sexual.</i>						
8. Conhece o tratamento dado a este assunto nos PCN's?	<i>Analisar qual o grau de conhecimento dos profissionais de educação física sobre a Sexualidade/Orientação Sexual segundo os PCN's.</i>						

Assinatura do Avaliador: _____